



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

O impacto da migração na percepção de segurança: um estudo comparativo
entre brasileiros e portugueses

Trabalho submetido por
Vitória de Paula Bastos
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Dezembro de 2019



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

O impacto da migração na perceção de segurança: um estudo comparativo entre
brasileiros e portugueses

Trabalho submetido por
Vitória de Paula Bastos
para a obtenção do grau de **Mestre** em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Prof. Doutora Ana Cristina Pestana Neves

Dezembro de 2019

Agradecimento

Há pouco mais de dois anos atrás resolvi visitar o país de origem do meu pai, recém graduada em Psicologia num curso de bacharelado com duração de cinco anos, como é formatado no Brasil, fiz minhas malas e voei rumo à Portugal com intenção de visitar durante um mês e conhecer o modo de vida deste país, já era um dos focos principais conhecer as universidades para estudar no próximo ano letivo, então antes de viajar pesquisei as instituições portuguesas que ofereciam o curso que eu pretendia realizar, nomeadamente, na área de psicologia forense, então encontrei três instituições, às quais fui visitar assim que cheguei em terras lusitanas, o que eu menos esperava era que em uma destas instituições os prazos para candidatura ainda estavam abertos, a partir disso entrei em um processo de tomada de decisão – permanecer em Portugal, apesar de toda a família e outras pessoas muito especiais esperarem o meu regresso, ou simplesmente ficar e iniciar o tão pretendido curso. Obviamente decidi ficar e agora, com muita honra, gratidão e sentimento de realização estou a concluir o mestrado.

Após esta breve história posso, então, agradecer à toda minha família que me apoiou, que compreendeu minha permanência, me ajudou financeira e emocionalmente, sempre me encorajou, especialmente minha mãe, Regina, que sempre encontrou recursos para superar os obstáculos, ela quem me motiva e me guia para manter o foco e a leveza na busca dos meus objetivos, agradeço meus irmãos, Alexandre e Álvaro, que tiveram forte papel na minha criação, eles quem despertaram em mim uma curiosidade em buscar sempre conhecimento. Agradeço ao meu pai, Alexandre, que me acompanhou nas visitas iniciais à universidade, me apoiou, principalmente no início, quando eu ainda estava em fase de adaptação, bem como financeiramente e sempre tem interesse em saber sobre os assuntos acadêmicos. Às minhas colegas de trabalho, especialmente à Lara, que teve papel importante na minha regulação emocional, especialmente no período de conclusão do estudo.

Agradeço também à Joana, que compõe a secretaria do mestrado, quem teve papel importante na minha decisão de permanecer em Portugal, a forma como explicou-me e orientou-me sobre os procedimentos para realizar a candidatura tornou tudo mais fácil e possível. Finalmente, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora Doutora Ana Cristina Pestana Neves, que desde o início me guiou para estruturar o projeto de pesquisa e concretizar este estudo, sempre apresentando as premissas e conhecimentos de que eu precisava e ao mesmo tempo me dando responsabilidade e autonomia, muito obrigada.

Resumo

O objetivo do presente estudo foi de verificar se e como a migração altera a percepção de segurança tanto para quem imigra do Brasil para Portugal, como para quem emigra para o Brasil, neste sentido, faz-se valer os objetivos específicos de avaliar como a mudança de país influencia a percepção de segurança, comparando a percepção de segurança de brasileiros que residem em Portugal com a de portugueses que residem no Brasil e verificando se estas se distinguem da percepção de segurança dos residentes locais; analisar a relação da vitimação e do género com a percepção de segurança e analisar a relação entre o tempo de residência no país e a percepção de segurança. O instrumento utilizado para investigar estes objetivos foi o Diagnósticos Locais de Segurança (DLS), desenvolvido pelos autores Sani e Nunes (2013), consiste em um questionário estruturado em cinco diferentes focos, este instrumento foi adaptado para o formato *online*, tendo sido utilizada a plataforma *Google forms* e, então, foi disponibilizado nas redes sociais para o alcance de participantes brasileiros e portugueses. A amostra foi, então, constituída por 108 pessoas de ambos os sexos, maiores de 18 anos, com nacionalidade portuguesa ou brasileira e residentes de Portugal ou do Brasil.

O presente estudo permitiu, então, verificar que as pessoas que residem no Brasil, tanto de nacionalidade brasileira como portuguesa demonstraram percepção de segurança mais negativa, pois estas populações consideram sua área de residência inseguras e consideram que a criminalidade tem aumentado. Também foi observado que o género está associado com a experiência de vitimação. O tempo de residência não demonstrou qualquer relação significativa relativamente à percepção de segurança.

Palavras-chave: Percepção de segurança, migração, medo de crime.

Abstract

The aim of the present study was to verify if and how migration can affect the security perception for immigrants from Brazil to Portugal and those who migrate to Brazil. Therefore, the specific objectives are assessing how moving from original country can influence the security perception by comparing the security perception of Brazilians residing in Portugal and Portuguese residing in Brazil, and if these differ from the security perception of local residents; to analyze the relationship between victimization and gender with security perception; and to analyze the residence time in the country and security perception.

The instrument used to investigate these objectives was the Local Safety Diagnostics (DLS), developed by the authors Sani and Nunes (2013), consisting on a questionnaire structured in five different focuses. This instrument was adapted to the *online* format, using the *Google forms* platform and then was made available on social medias to reach both Brazilian and Portuguese participants. The sample consisted of 108 people of both genders, over 18 years old, with Portuguese or Brazilian nationality and residents of Portugal or Brazil.

The present study allowed to verify that even brazilians and portuguese that live in Brazil showed a more negative security perception, these populations consider their residence area unsafe and consider that crime has increased. It was also observed that gender is associated with the victimization experience. Residence time did not show any significant relationship to security perception.

Keywords: Security perception, migration, fear of crime

Índice

Introdução -----	13
Indicadores oficiais: migração-----	15
Indicadores oficiais: criminalidade-----	16
Percepção de segurança-----	18
Fatores que influenciam a percepção de segurança-----	19
Migração e percepção de segurança-----	23
O presente estudo-----	24
Método-----	25
Amostra-----	25
Instrumento-----	28
Procedimentos-----	29
Resultados-----	32
Análises descritivas-----	31
Nacionalidade e país de residência em relação à percepção de segurança e à vitimação -----	36
Vitimação e percepção de segurança-----	42
Gênero e percepção de segurança e vitimação-----	43
Tempo de residência e percepção de segurança-----	43
Discussão-----	45
Conclusão-----	51
Referências-----	53
Anexos	
Questionário online: Diagnóstico Locais de Segurança	

Lista de Tabelas

Tabela 1: Números absolutos por tipo de crime no ano de 2018-----	16
Tabela 2- Distribuição dos grupos participantes do estudo-----	27
Tabela 3- Caracterização demográfica dos grupos-----	28
Tabela 4- Justificações que embasam a percepção de segurança na área de residência-----	31
Tabela 5- Justificações que embasam a percepção de aumento ou não da criminalidade-----	32
Tabela 6- Tipo de crime de que o conhecido foi vítima-----	35
Tabela 7- Tabela x- grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança na área de residência-----	36
Tabela 8- Tipos de crimes de que foi vitimado de acordo com os grupos-----	39
Tabela 9- Considera se a criminalidade tem aumento relativamente às justificações que embasam tal percepção-----	41

Lista de Figuras

Figura 1- Tempo de residência no atual país-----	26
Figura 2- Percepção de aumento da criminalidade de acordo com os grupos-----	37
Figura 3- Grau de satisfação da atuação dos agentes de segurança na área de residência de acordo com grupos-----	38

Introdução

É de se concordar que o Brasil é considerado no senso comum como um dos mais perigosos o Brasil, por outro lado, Portugal é considerado um dos países mais seguros da Europa. Muitas vezes, é do senso comum onde se geram objetivos científicos, por isso, baseando-se nesta premissa e no facto de que há algumas décadas, nota-se um trânsito migratório entre os dois países mencionados. Por estes dois elementos, isto é, percepção de segurança de um país e existência de forte processo migratório, é que se desenhou o presente estudo.

Neste sentido, confere-se uma forte tendência no processo migratório entre Brasil e Portugal, especialmente de brasileiros que buscam uma nova vida no país lusitano, muitos migram com o objetivo de trabalhar, outros de estudar, muitos com a família, outros migram sozinhos, mas o que parece facilitar este processo entre os dois países é a língua e o facto de muitos brasileiros possuírem raízes europeias, o que lhes facultam dupla cidadania, estes dois fatores parecem, portanto, facilitar o começo de uma vida com mais qualidade e segurança (Franken, Coutinho e Ramos, 2009).

É de se referir que a segurança é o conceito chave do presente estudo, é neste âmbito que se instala o foco deste, mais precisamente no que tange a percepção de segurança, conceito o qual terá seu enfoque a seguir, mas já se pode adiantar que se trata de um conceito nascido da psicologia cognitiva e da psicologia social, também referido com outros termos semelhantes, como ‘sensação de segurança’, ‘percepção de risco’ e ‘medo de crime’, tal diferença entre a nomenclatura se manifesta em diferentes autores e áreas do saber (Rader, May & Goodrum, 2007; Jackson, 2015). Também é de se adiantar, desde já, que o presente estudo adota o termo ‘percepção de segurança’.

Seguindo este enfoque, logo se questiona quais são os fatores que podem influenciar na referida percepção de segurança, por isso, atenta-se para a migração como uma possível estratégia de segurança e a experiência de vitimação, ambos os fatores são instalados no tempo e no espaço, pois a época que antecede a migração e o momento pós-migração podem demonstrar diferentes percepções de segurança no indivíduo, assim como o local (espaço) em que o indivíduo vivia antes de migrar e o espaço atual, inclusive as condições presentes na zona de residência (Areosa, 2008; Sani e Nunes, 2013), o mesmo pode ocorrer na questão da vitimação, em que a vida e a segurança antes e após a experiência de vitimação também, possivelmente, eram percebidas de formas diferentes. Estes dois fatores serão abordados no presente estudo, assim como variáveis demográficas, especialmente, o género, fator sobre o qual irá incidir um dos objetivos do

estudo para buscar perceber se o facto de ser do sexo feminino ou do sexo masculino poderá influenciar na percepção de segurança.

A partir deste preâmbulo, este estudo pretende avaliar como a mudança de país influencia a percepção de segurança, comparando a percepção de segurança de brasileiros que residem em Portugal com a de portugueses que residem no Brasil e verificando se estas se distinguem da percepção de segurança dos residentes locais, também visa verificar se a relação entre a mudança de residência e a percepção de segurança é influenciada pelo género e por experiências efetivas de vitimação e, por fim, busca analisar a relação entre o tempo de residência no país e a percepção de segurança.

Portanto, torna-se pertinente o estudo para verificar se e como a migração altera a percepção de segurança tanto para quem imigra do Brasil para Portugal, como para quem emigra para o Brasil.

Indicadores oficiais: migração

Há algumas décadas tem sido observado o fenómeno da emigração brasileira, sendo Portugal um dos principais destinos. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) foi concedida documentação de residência a um total de 61.413 brasileiros entre 2012 e 2017, mas estima-se que a população total de brasileiros em Portugal em 2017 seja de 83.061 pessoas. Notou-se, a partir de 2016, um aumento de 40,6% na população brasileira residente em Portugal (INE, 2017). O relatório mundial de migração demonstra que o processo migratório da Europa para a América do Sul também tem apresentado um crescimento nos últimos anos.

Os dados mais recentes são do período entre 2010 e 2015, em que nota-se um crescimento de 20% de migrantes do mundo todo vivendo no Brasil, sendo que em 2015 havia cerca de 700 mil europeus vivendo na América do Sul, nomeadamente, imigrantes da Itália, Espanha e Portugal (IOM, 2018). De acordo com os relatórios da Polícia Federal do Brasil, por meio do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), até abril de 2019 foram registados 355.477 migrantes portugueses no Brasil, dos quais apenas 188.580 são migrantes com registos ativos.

A escolha de Portugal como destino dos brasileiros pode dever-se à língua falada e à relação que Portugal já tem com o Brasil desde a colonização. Além disso, o espectro político e económico em Portugal parece proporcionar aos imigrantes uma sensação de conforto e qualidade de vida, sobretudo em comparação com o cenário político brasileiro, que tem sido alvo de insatisfações entre os cidadãos, que referem constantemente sobre a corrupção. De facto, muitos brasileiros têm emigrado em busca de mais qualidade de vida principalmente no que tange a educação, saúde física e mental, lazer, ambiente, interação social e bem-estar geral. As antíteses de qualidade de vida incluem violência, segregação social e desemprego, sendo estes são componentes que motivam vários cidadãos a migrarem para países que podem oferecer a qualidade de vida que procuram (Franken, Coutinho e Ramos, 2009). De acordo com Dias (2014), é em busca de segurança que muitos brasileiros migram para outros países.

Rêgo e Fernandes (2012) estudaram dois ícones sociais em relação à percepção de risco: o Brasil, considerado um país perigoso, enquanto Portugal é considerado um dos mais seguros para se viver, nomeadamente, o terceiro país da Europa com menores taxas de criminalidade. Realizaram entrevistas a 32 pessoas no Rio de Janeiro e a 28 pessoas no Porto, analisando frases que expressam a percepção de risco mencionam sobre a relação das drogas com a criminalidade, a situação de rua como um fator de risco para a

criminalidade, bem como a diferença entre classes sociais e, por fim, os diferentes ambientes, nomeadamente as favelas no Rio de Janeiro e o centro do Porto como zonas consideradas mais perigosas pelos entrevistados (Rêgo e Fernandes, 2012). Não é, pois, de espantar que muitos brasileiros escolham Portugal como país de destino nos seus movimentos migratórios.

Indicadores oficiais: criminalidade

Os crimes com maiores números de casos participados em 2018 tanto em Portugal como no Brasil são os crimes contra o património e crimes contra as pessoas (Tabela 1), para aceder aos dados oficiais de cada país, buscou-se os relatórios de 2018, os quais cada nação proporciona anualmente sobre os registos de crimes formalizados, no Brasil o órgão responsável para a elaboração do Anuário de segurança Pública é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e em Portugal, o Relatório de Segurança Interna é elaborado pelo Sistema de Segurança Interna.

Tabela 1: Números absolutos por tipo de crime no ano de 2018

Tipo de crime	Brasil	Portugal
Homicídio intencional/ voluntário consumado	57.358	110
Furto de veículo	490.956	23.882
Roubos	1.475.978	10.119
Violência Doméstica	263.067	22.423
Violação	66.041	421

Nota. Valores referentes aos crimes no Brasil retirados no Anuário de Segurança Pública de 2019 elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Valores referentes aos crimes em Portugal retirados do Relatório de Segurança Interna de 2018.

Assim, no que se refere à criminalidade geral em Portugal, o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) aponta que em 2018 houve um total de 333.223 casos que foram participados nas entidades oficiais, nomeadamente, na Guarda Nacional Republicana (GNR), na Polícia de Segurança Pública (PSP), na Polícia Municipal (PM) e Polícia Judiciária Militar (PJM), enquanto que no ano anterior houve 8.727 participações a mais, o que demonstra uma queda de 3,3% na criminalidade geral entre

um ano e outro, vale ressaltar que esta queda tem sido observada desde 2008, em que se teve um total de 421.037 crimes participados (RASI, 2019).

Importa especificar o tipo de crime que mais foi participado no ano de 2018, sendo o furto em veículo motorizado, com 23.882 casos registados, enquanto que o segundo crime mais participado em 2018 foi ofensa à integridade física voluntária simples, com 22.824 casos registados, o terceiro crime mais participado em 2018, por sua vez, foi violência doméstica contra cônjuge ou análogos, com um total de 22.423 casos registados (RASI, 2019).

Vale mencionar que os crimes que envolvem furtos representam 33% dos casos participados em 2018, caracterizados como furtos por carteirista, furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas, furtos de veículo motorizado, furto em edifício comercial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas, furto em edifício comercial sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas e outros furtos, sendo que apenas três destes tipos de furto apresentaram aumento comparativamente ao ano anterior, nomeadamente, as duas categorias de furtos a edifício comercial e a categoria outros furtos, todos os demais apresentaram quedas. De forma geral, o crime de furto tem apresentado uma queda desde 2012 (RASI, 2019).

Relativamente aos crimes contra o património no Brasil, o crime de ‘roubo a transeunte’ é o que apresenta maior número, demonstrando um total de 812.567 casos registados em 2018, o que representa 411 casos por 100 mil habitantes, porém houve uma queda em relação a 2017 em 14,2% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019), que equivale ao crime de roubo em via pública em Portugal, que corresponde a 5.296 casos em 2018 (RASI, 2019).

No Brasil, os indicadores oficiais também são divididos por tipos de crime, mas nem todos os tipos de crime têm os dados atualizados anualmente, é de observar que o crime de homicídio tem prioridade nos *media* e na apresentação dos indicadores oficiais. Em 2019, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresentou o 13º Anuário, em que o crime ‘morte violenta intencional’ representa um total de 57.358 casos, o que significa 27,5 mortes por 100 mil habitantes, é de atentar que houve importante queda de 10,8% em relação a 2017. Enquanto que em Portugal, a taxa de homicídio voluntário consumado foi de 110 casos participados em 2018 e 82 casos participados em 2017, o que corresponde a 0,0011 por 100 mil habitantes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019).

Nota-se grande diferença entre os índices de criminalidade de cada país, a segurança pública relaciona-se com a percepção de segurança, conceito o qual será abordado mais profundamente a seguir.

Percepção de segurança

Nas últimas décadas, o debate e estudos sobre os riscos na sociedade têm ganhado força. Em outras palavras, a percepção de segurança tem sido alvo de reflexão no senso comum e na comunidade científica, inclusive nas ciências sociais e na Psicologia (Lima, 1998).

A Psicologia Cognitiva foi a primeira área do saber psicológico que desenvolveu pressupostos sobre percepção de segurança, porém, importava-se em desenvolver o conhecimento sobre a tomada de decisão, o que levou a concluir que, para tomar decisões, o ser humano avalia probabilidades e efeitos, este cariz de probabilidades de acontecimento está relacionado à percepção de segurança e risco, mas com base em crenças, valores e experiências.

No final da década de 90 foi afirmado que a percepção existe independente do risco ser ou não real, indicando que o medo é o principal determinante da percepção de segurança e independe da real estimativa de probabilidade (Lima, 1998), ainda atualmente compreende-se que a percepção de segurança é um fenômeno complexo e amplo (Cunha, 2019), que vai além da criminalidade em si, depende então de vários fatores, tanto sociais como individuais. Assim, o aumento da percepção de risco não acompanha obrigatoriamente o aumento da criminalidade local. Com isso, não se quer afirmar que haja um medo irracional por trás da percepção de segurança, nem tampouco que não exista nenhuma ligação com a realidade (Cunha, 2019).

A terminologia que se encontra na literatura não é uniforme, é possível encontrar o tema sendo abordado por meio de termos como “medo de crime” (*fear of crime*), bem como “percepção de risco”, “sensação de insegurança” (Rader, May & Goodrum, 2007; Jackson, 2015).

Cunha (2019) explica que as nomenclaturas para designar a percepção de segurança se distinguem por tendências teóricas e locais, de forma que o termo ‘medo do crime’ é de origem norte-americana, ao passo que o termo ‘sentimento de insegurança’ já possui tradição europeia, a autora considera que são sinónimos e não há qualquer diferenciação na intenção conceitual dos termos.

Por exemplo, Land e Rountree (1996) se referem ao conceito de percepção de segurança como “medo de crime”, explicando que este é um processo cognitivo e geral. Brites (2010) também adotou este conceito, afirmando que a percepção depende de características pessoais e de circunstâncias situacionais. Lima (1998) concorda, afirmando que a percepção de segurança está associada a valores e crenças, os quais dão sentido de ameaça, risco, perigo iminente.

Já Jackson (2006) refere-se a este conceito com o termo “percepção de risco” e também afirma ser de cariz cognitivo, pois há interação entre emoção e cognição relativas à sensação de insegurança.

Neste sentido, cabe relatar que o presente trabalho sempre irá adotar o termo ‘percepção de segurança’, tal como foi adotado pelos autores do instrumento utilizado no presente estudo, nomeadamente, o Diagnóstico Locais de Segurança (Sani e Nunes, 2013).

Fatores que influenciam a percepção de segurança

A ciência social explica como a percepção de segurança/insegurança está relacionada ao fator temporal, nomeadamente, como o passado e a percepção do presente influenciam o medo do que está por vir. O risco é a projeção das possibilidades presentes tendo em conta que o futuro é incerto. Nesta lógica, pode-se afirmar que as experiências no passado influenciam na forma como se projeta o risco futuro (Areosa, 2008).

A experiência de vitimação parece influenciar na percepção de segurança, pois pessoas que já foram vítimas de crime ou tiveram algum conhecido próximo vítima de crime demonstram sentir-se menos seguras do que aquelas pessoas que nunca experienciaram vitimação (Krulichová, 2018, Sani e Nunes, 2013, Brites, 2010). É de se relevar também que a vitimação indireta é ainda mais comum do que a direta, ou seja, basta uma pessoa próxima ser vítima de crime para que várias outras pessoas sejam afetadas e impactadas, influenciando a percepção de segurança de todos ao redor da vítima direta (Krulichová, 2018).

Sani e Nunes (2013) constataam que a percepção de segurança pode estar relacionada com a intensidade e frequência de ocorrência de crime em certas zonas urbanas. As incivildades das cidades convergem na percepção pessoal e social, refletindo nos espaços urbanos, também é de se considerar que há uma controversa na cidade, isto é, assim como há condomínios fechados, também há periferia, de forma que a percepção

de segurança poderá ser distinta entre indivíduos que residem em zonas diferentes da mesma cidade (Brites, 2010).

Cunha (2019) complementa ao dizer que as incivildades são comportamentos não aprovados moral e socialmente, que apesar de não serem comportamentos criminosos, são vistos pela sociedade como um desvio e quando estão presentes no meio podem suscitar uma determinada percepção de segurança. Outro fator social está nas características espaciais do local, nomeadamente, degradação das vias e dos prédios, má iluminação, desertificação, entre outros elementos físicos que podem influenciar na percepção de segurança.

David P. Farrington, Lee Ellis, David e Anthony W. Hoskin (2019) em sua revisão sistemática dos estudos sobre as correlações da percepção de segurança, verificaram que os aspetos ambientais, nomeadamente, a desorganização ou deterioração do bairro apresenta uma relação significativa com a percepção de segurança na maioria dos estudos verificados, bem como no que se refere às incivildades sociais, verificou-se que apenas dois estudos não apresentam a correlação, nos demais estudos observou-se que a percepção de segurança é mais positiva quando a civilidade na área de residência é alta.

Dentre os fatores individuais, está o género, que traz uma compreensão de vulnerabilidade física e social, bem como de que as pessoas do sexo feminino parecem ter uma sensação de menor controle do meio no qual estão inseridas e, ainda, devido aos papéis sociais desempenhados que têm associação com as expectativas comportamentais perante às mulheres, isto pode contribuir na adoção de comportamentos de evitação, como não sair sozinha à noite, evitar locais perigosos, não interagir com estranhos, entre outros (Cunha, 2019).

Existem diversas evidências de que percepção de segurança é menor nas mulheres do que nos homens. Por exemplo, num estudo realizado numa das maiores metrópoles brasileiras, Belo Horizonte, constatou-se que havia 164,6% mais chances de mulheres sentirem-se inseguras tanto em relação a crimes contra as pessoas e contra a propriedade (Rodrigues e Oliveira, 2012). Já Gustafson (1998) encontrou que o crime que as mulheres mais temem são os crimes sexuais, enquanto os homens temem mais violência física e crimes contra a propriedade. O mesmo autor destaca que, tanto os homens como as mulheres apresentam o mesmo nível de preocupação, o que parece diferenciar são os efeitos no comportamento e a intensidade da preocupação advinda da percepção de insegurança. Nos Estados Unidos, um estudo realizado em Kentucky apontou que o

gênero era o preditor mais forte (relativamente à raça e zona de residência rural ou urbana) quando se trata de medo de vitimação criminal e percepção de crime na comunidade. O estudo também concluiu que a percepção de risco afeta o comportamento mais concretamente as mulheres têm maior tendência a desenvolver comportamento de evitamento perante a percepção de risco (Rader, May & Goodrum, 2007).

Sarah Hicks e Sarah Brown (2013), ao realizarem uma revisão sistemática de 30 artigos, concluíram que a variável gênero tem sido foco de muitos estudos empíricos devido ao índice de percepção de risco e de experiência de vitimação ser maior entre indivíduos do sexo feminino do que masculino. Relacionam isso com a vulnerabilidade física das mulheres comparativamente aos homens e também mencionam que a percepção de risco entre mulheres é mais potencializada em períodos noturnos. No mesmo sentido, Rachel Pain (2000, citado em Rodrigues e Oliveira, 2012) afirma que o medo de crime advindo das mulheres pode estar relacionado não somente à vulnerabilidade física, como também e principalmente porque são as mulheres que configuram a grande proporção de vitimação no contexto de violência doméstica, o que contribui com o desenvolvimento cognitivo do medo e da sensação de ameaça constante.

A idade surge também associada à percepção de segurança. Foi identificado que, quanto maior a idade, maior a percepção de insegurança em cerca de 1% a mais a cada ano na idade (Rodrigues e Oliveira, 2012). A explicação pode inserir-se na vulnerabilidade física e ao fato de que pessoas mais velhas terem menos privacidade do que pessoas mais novas, tornando-se mais expostas à vizinhança (Pantazis, 2000).

Relativamente ao estatuto socioeconômico, foi identificado em uma revisão de literatura que as pessoas mais pobres sentem-se mais expostas e vulneráveis, devido à falta de acesso aos recursos privados de segurança, como vigilância, portões reforçados, necessidade de utilizar transportes públicos, frequentar ou se locomover por meio de locais com criminalidade e incivildades mais incidentes (Pantazis, 2000).

Em Inglaterra foi realizado um estudo que se propôs a avaliar a percepção de segurança considerando as três variáveis até aqui mencionadas: o gênero, a idade e a pobreza (Pantazis, 2000). O instrumento utilizado foi o British Crime Sourvey (BCS). Um aspeto interessante deste estudo foi a mensuração contrapondo gênero e classe socioeconômica, tendo sido esclarecido que as mulheres com rendimentos baixos demonstram que se sentem menos seguras em suas casas quando sozinha à noite do que as mulheres com rendimentos mais altos (22% comparados com 11%). Esta variável também foi avaliada em comparação entre mulheres e homens de rendimentos altos, com

15% das mulheres o relataram medo e apenas 5% dos homens a relataram medo de estar sozinhos em casa à noite.

As pessoas mais velhas também se demonstram mais ou menos inseguras conforme o estatuto econômico, nomeadamente, quando maior os rendimentos, menor a percepção de insegurança nas ruas entre as pessoas idosas. Por outro lado, a proporção é oposta quando da percepção de segurança dentro de casa, quanto maior os rendimentos, menos seguros os idosos demonstram sentir-se quando dentro da própria casa, variando entre 15% e 19% de insegurança de acordo com o estatuto econômico (Pantazis, 2000).

David P. Farrington, Lee Ellis, David e Anthony W. Hoskin (2019) em sua revisão sistemática acerca da percepção de segurança e suas diversas correlações, a maioria dos estudos demonstrou que indivíduos do sexo masculino são mais vítimas de crime violento do que indivíduos do sexo feminino, salvo os crimes sexuais que apresentam maior número de mulheres vítimas. Apesar disso, os estudos mostram que as mulheres temem mais o crime do que os homens.

Consoante aos fatores sociais e culturais, insere-se a presença de figuras que acabam por se tornar signos relacionados ao crime ou aos comportamentos reprovados também pode causar uma sensação de risco, influenciando a percepção de segurança, tais figuras podem mudar consoante o tempo e a cultura, por exemplo, na década de oitenta as figuras de desordem social eram relacionadas aos mendigos, às meretrizes, ao vadio e ao louco, na contemporaneidade estas figuras incluem os arrumadores de carros, os toxicodependentes, os vendedores ambulantes (Cunha, 2019).

Para além dos fatores já mencionados, a governamentalização também é um fator sociopolítico importante no que respeita a percepção de segurança. Este construto foi baseado nas teorias de governamentalização desenvolvidas por Foucault (1979, citado em Areosa, 2008) e, a posteriori, outros estudiosos estabeleceram a relação entre governamentalização e o risco, no sentido de que a sociedade necessita de ser governada para que haja gestão da percepção de segurança. Foucault (1979, citado em Areosa, 2008) se referiu à governamentalização como as formas que as instituições sociais, como a família, a igreja, forças de segurança e o próprio Estado, detêm o poder sobre os governados. Portanto, este é um conceito político e social que se insere na gestão preventiva, de forma que quando a governamentalização é eficiente o risco é controlado, de forma contrária, os indivíduos têm sua percepção de segurança afetada.

Neste sentido, Ferreira, Damázio e Aguiar (2011) afirmam que a percepção de segurança é influenciada pela negligência do Estado em determinadas regiões,

relativamente ao policiamento e as políticas públicas locais, o que as tornam mais suscetíveis ao crime, decorrente de fatores sociais, culturais e econômicos não atendidos pelo Estado, um destes fatores tange ao número de habitantes, foi verificado que a percepção de segurança é afetada negativamente entre pessoas que vivem em países mais populosos e em subúrbios em comparação às pessoas que vivem no campo (Krulichová, 2018).

Na revisão sistemática realizada por David P. Farrington, Lee Ellis, David e Anthony W. Hoskin (2019), foi possível observar que o policiamento e a satisfação com a atuação das entidades de segurança são elementos que influenciam na percepção de segurança, a maioria dos estudos demonstrou uma correlação negativa entre a percepção de segurança e a satisfação com o policiamento na cidade ou na zona de residência.

Migração e percepção de segurança

Um estudo com 51 migrantes brasileiros foi realizado na Suíça com o objetivo de analisar as representações sociais e qualidade de vida na população migrante brasileira em Genebra, vale explicar que representações sociais “são modos de conhecimento e de processos simbólicos estudados em relação com as culturas, nas quais o indivíduo é direta ou indiretamente produto e produtor cultural” (Di Giacomo, 186 citado em Franken, Coutinho e Ramos, 2009).

Os resultados demonstraram que 54,1% dos participantes consideraram que a migração proporcionou qualidade de vida no sentido de saúde, lazer e necessidades básicas como alimentação e alojamento. O fator segurança só foi considerado entre os participantes que haviam imigrado há mais de três anos, enquanto que os imigrantes recentes referem-se às experiências e adaptação (Franken, Coutinho e Ramos, 2009).

Além do supracitado, também foi realizado um estudo na Itália entre imigrantes de outros países, como Albânia, Nigéria, Senegal, entre outros, esses imigrantes responderam a uma entrevista, através das suas narrativas, manifestaram os motivos pelos quais os levaram a migrar, todos os participantes mencionaram buscar uma vida tranquila, pacífica e segura, o que dá título ao estudo, os participantes mencionam que sentiam-se menos seguros no país de origem, exemplificam que não se podia utilizar bicicletas, pois haviam muitos roubos, bem como roubo de carteiras. Vale destacar que a Itália é considerada segura, porém ainda carrega estereótipos da Máfia e do crime organizado, mas os imigrantes que participaram deste estudo eram, em sua grande maioria, de países

que lidam, hoje, com guerra, problemas políticos e grandes diferenças sociais (Melossi, 2003).

O presente estudo

Diante do exposto, justifica-se a realização de um estudo comparativo entre Brasil e Portugal no âmbito do conceito de percepção de segurança e suas respectivas variáveis. Neste estudo foi adotado o termo “percepção de segurança” (Sani & Nunes, 2012). São objetivos específicos:

- Avaliar como a mudança de país influencia a percepção de segurança, comparando a percepção de segurança de brasileiros que residem em Portugal com a de portugueses que residem no Brasil e verificando se estas se distinguem da percepção de segurança dos residentes locais;

- Analisar a relação da vitimação e do gênero com a percepção de segurança;

- Analisar a relação entre o tempo de residência no país e a percepção de segurança.

A partir dos resultados obtidos, o presente estudo poderá orientar possíveis medidas de segurança, bem como proporcionar maior compreensão sobre o impacto que o risco de crime pode ter na mudança de vida não somente no nível individual, mas de todo um Estado.

Método

Amostra

A amostra foi constituída por indivíduos maiores de 18 anos, de nacionalidades portuguesa e brasileira, que residem em Portugal ou no Brasil, e que aceitaram responder a um questionário online, portanto, chegou-se a um total de 108 participantes, dos quais ou 63,9% são do sexo feminino (69 participantes) e 36,1% do sexo masculino (39 participantes), 52,8% são brasileiros, o que corresponde a 57 participantes e 47,2% são portugueses, que corresponde a 51 participantes. A idade dos participantes variou entre 18 e 75 anos, sendo 23 anos a idade mais frequente, com 7,4%. A faixa etária entre 20 e 40 anos foi a mais frequente, totalizando 72 indivíduos (66,7%) e a média de idade foi de 36,29 ($dp=13,04$).

Relativamente à escolaridade, 75% dos participantes possuem ensino superior, este valor equivale a 54 pessoas, enquanto 24,1% possui o 3º ciclo, ou seja, 44 pessoas e apenas um participante respondeu uma opção diferente, ou seja, 0,9% afirmou ter ensino técnico. No que respeita o estado civil dos participantes, 50% ou 54 pessoas responderam ser solteiro (a), 40,7% respondeu ser casado (a) ou tem união de facto, o que corresponde a 44 participantes, 10 participantes ou 9,3% respondeu ser divorciado (a). A situação ocupacional dos participantes é em 70,4% trabalhadores (76 participantes), 17,6% estudantes (19 participantes), 6,5% reformados (7 participantes) e 5,6% desempregados (6 participantes).

No que tange ao país de residência dos participantes, 47,2% responderam que vivem no Brasil e 52,8% responderam viver em Portugal, o que corresponde a um total de 51 e 57 participantes, respectivamente, a distribuição percentual do tempo de residência dos inquiridos no atual país está descrito na Figura 1, sendo que os números absolutos desta distribuição é de 56 participantes que sempre viveram no mesmo país, enquanto 13 participantes estão a viver no atual país entre 6 meses a um ano, 19 participantes vivem no atual país entre mais de um ano a 4 anos, 10 participantes vivem entre 5 a 8 anos e, por fim, também 10 participantes responderam que vivem há mais de 8 anos, mas não a vida toda.

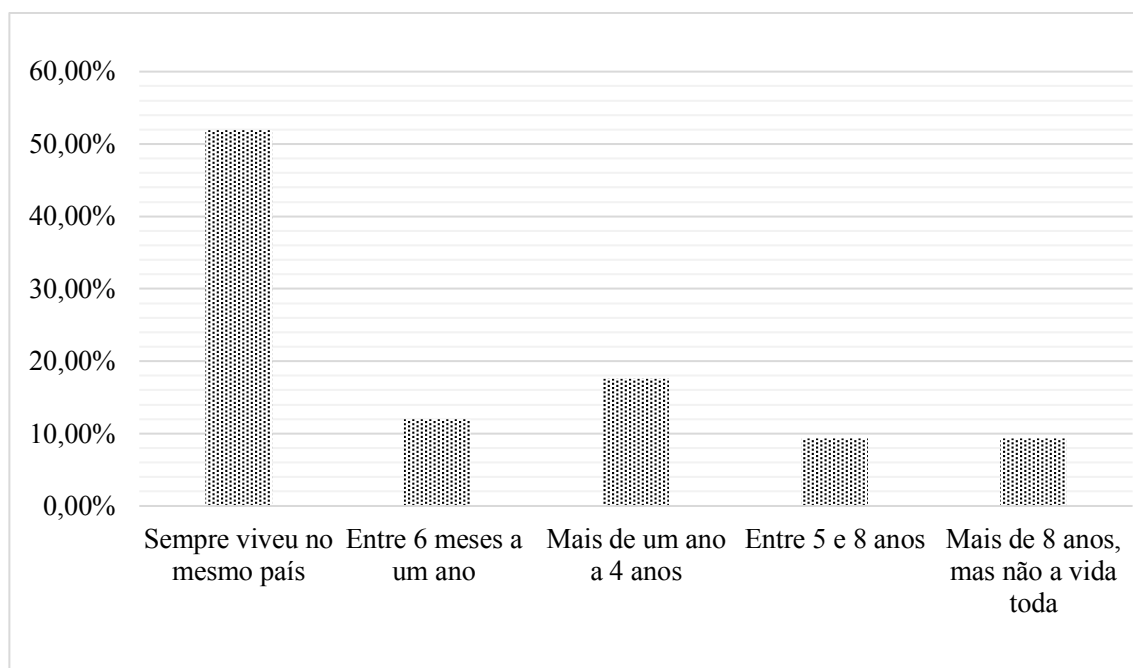


Figura 1- Tempo de residência no atual país

Relativamente ao tipo de residência, a maioria dos inquiridos vivem em apartamento, correspondendo a um total de 55 participantes, ou 50,9%, enquanto 45,4% relata viver em uma vivenda (49 participantes), apenas 4 participantes responderam viver em um quarto ou alojamento estudantil, o que corresponde a 3,7%. Ao serem inquiridos sobre com quem vivem, 28,7% vivem com o cônjuge (31 participantes), 13,9% vivem com o cônjuge e filhos, 2,8% vivem só com os filhos (3 participantes), 20,4% responderam viver com os pais (22 participantes), 6,5% vivem com os pais e com irmãos (7 participantes), 19,4% vivem sozinhos (21 participantes) e 8,3% vivem com amigos (9 participantes).

Com base nos objetivos do presente estudo, em que se pretende avaliar a influência da migração na percepção de segurança, foi pertinente classificar os participantes em quatro grupos de forma que se pudesse comparar a percepção entre brasileiros e portugueses que migraram, bem como brasileiros e portugueses que se mantiveram no país de origem. Diante disso, os quatro grupos estão descritos a seguir (Tabela 2), sendo brasileiros que residem no Brasil correspondem a 27,8% da amostra, ou 30 participantes; brasileiros que residem em Portugal correspondem a 25% da amostra (27 participantes); portugueses que residem no Brasil correspondem a 19,4% da amostra (21 participantes) e portugueses que residem em Portugal correspondem a 27,8% da amostra, ou 30 participantes.

Tabela 2- Distribuição dos grupos participantes do estudo

	Residem no Brasil	Residem em Portugal
Brasileiros	27,8% (N=30)	25% (N=27)
Portugueses	19,4% (N=21)	27,8% (N=30)

A caracterização dos grupos relativamente ao sexo, idade e estado civil está descrita na Tabela 3, a distribuição referente ao sexo entre os grupos é significativa ($\chi^2(3) = 14,727$; $p = 0,002$), o grupo 3 foi o único grupo em que o número de participantes do sexo masculino é maior que do sexo feminino. Relativamente à idade, importa referir que há significância no que se refere à diferença das médias de idade entre os grupos ($F(3,104) = 8,589$; $p = 0,000$). Por fim, relativamente ao estado civil, em relação às classificações de grupos é significativa ($\chi^2(6) = 19,100$; $p = 0,004$), vale destacar que o grupo 4 apresentou maior número de participantes solteiros em relação aos demais grupos. Assim, os quatro grupos não são idênticos ao nível destas características sociodemográficas.

Tabela 3- Caracterização demográfica dos grupos

Variável		Brasileiros				
			Brasileiros que vivem no Brasil	que residem em Portugal	Portugueses que residem no Brasil	Portugueses que residem em Portugal
Sexo	Feminino	N	23	18	6	22
		%	21,3	16,7	5,5	20,9
	Masculino	N	7	9	15	8
		%	6,5	8,3	13,8	7,4
Idade		M	35,8	22,11	47,9	31,43
		DP	12,227	10,97	13,597	12,094
Estado civil	Solteiro	N				
	(a)	%	12	14,8	2,7	20,4
	Casado (a) ou união de facto	N				
		%	13	8,3	13	6,5
	Divorciado	N				
	(a)	%	2,7	1,8	3,7	0,9

Instrumento

No presente estudo utilizou-se instrumento o questionário denominado Diagnósticos Locais de Segurança (DLS), desenvolvido pelos autores Sani e Nunes (2013). Os objetivos incluíram obter conhecimento sobre a percepção da criminalidade local e percepção da segurança ou insegurança, bem como analisar a percepção dos indivíduos sobre os crimes frequentes e temidos, vitimação, atuação das entidades de segurança pública e, por fim, avaliar o envolvimento dos participantes com a comunidade.

É constituído por questões fechadas, de resposta dicotómica ou com diversas alternativas de resposta, integrando também questões abertas.

O instrumento é estruturado por cinco partes que avaliam diferentes variáveis, a primeira parte é constituída pelos dados sociodemográficos dos participantes, nomeadamente, sexo, idade, estado civil, escolaridade, país que vive, entre outras questões.

A segunda parte, por sua vez, é composta por informações sobre a perceção de segurança/insegurança, por exemplo, questão em que o participante aponta se considera que vive em área segura, bem como questão em que o participante responde e explica os fatores para a criminalidade ter aumentado ou não na sua zona de residência e questões em que assinala-se os crimes mais frequentes, as incivildades mais praticadas e os crimes que os inquiridos mais temem.

Já a terceira parte do instrumento abrange a experiência de situações de vitimação, por parte do próprio ou de alguém que lhe seja próximo ou conhecido, por meio de questões em que o inquirido assinala se já terá sido vítima de algum crime nos últimos cinco anos, podendo especificar qual ou quais crimes, a mesma pergunta é feita adiante porém relativamente a algum conhecido próximo do inquirido.

A quarta parte é breve e avalia questões sobre segurança pública e atuação policial, onde o inquirido responde sobre sua perceção e satisfação no que respeita a atuação dos agentes de segurança pública.

Por fim, a quinta parte, é constituída por questões sobre o tempo de residência e a intensidade de ligação do inquirido àquela comunidade, em que se questiona ao participante, por exemplo, há quanto tempo este têm vivido na zona de residência.

O instrumento foi adaptado para recolha dos dados que são relevantes ao estudo, de modo que foram subtraídas as questões abertas, salvo dois itens que expressam opiniões relativas à perceção de segurança, nomeadamente, uma questão que explica o motivo pelo qual o participante considera viver ou não numa área segura e uma questão que explica porque acredita que a criminalidade tenha aumentado ou não.

Procedimentos

A recolha de dados foi feita após a aprovação da Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz, tendo sido feita por meio de questionário *online* inserido na plataforma *Google Forms* e divulgado por meio eletrónico, nomeadamente, nas redes sociais digitais como *Facebook*, *Youtube* e *Instagram*, para atingir os grupos migrantes, o link para o questionário online foi compartilhado em comunidades de Portugueses que vivem no Brasil, bem como de Brasileiros que vivem em Portugal.

O consentimento foi inserido no primeiro ecrã do questionário, de forma que o participante lesse as disposições do estudo e só com a sua concordância e aceitação passasse ao ecrã seguinte.

Também nos primeiros ecrãs, questionou-se sobre a idade e nacionalidade, de forma que só indivíduos maiores de 18 anos, de nacionalidade Brasileira ou Portuguesa pudessem avançar para o preenchimento do questionário.

O questionário esteve disponível para preenchimento durante quatro meses.

Resultados

Análises Descritivas

Sabe-se que o presente estudo contou com um total de 108 pessoas que responderam ao questionário que possui na parte inicial os dados sociodemográficos e a partir da segunda secção possui questões que dizem respeito à percepção de segurança, isto é, sobre a consideração de que reside ou não em uma área segura, bem como se considera que a criminalidade tem ou não aumentado, assim, dentre os 108 participantes, 75,9% (82 pessoas) responderam que consideram viver em uma área segura, e após os participantes responderem se consideram viver ou não em uma área segura, foi solicitado que justificassem sua resposta demonstrando o motivo no qual embasa a percepção de segurança na área de residência (Tabela 4)

Tabela 4 – Justificações que embasam a percepção de segurança na área de residência

	N	%
Zona calma/ de risco	27	25,0
Localização (ex: centro)	18	16,7
Moradores	7	6,5
Índices/ ocorrências	33	30,6
Policiamento	3	2,8
Medo/ segurança	11	10,2
Experiência (ou falta de)	5	4,6
Não sabe/não responde	4	3,7

Houve um total de 61 pessoas que consideram que a criminalidade tem aumentado, o que corresponde a 56,48%, estes participantes embasaram esta percepção de

aumento da criminalidade em diferentes categorias, nomeadamente, comunicação social, índices/estatísticas, experiência de vitimação consigo ou com alguém próximo (Tabela 5)

Tabela 5- Justificações que embasam a percepção de aumento ou não da criminalidade

	N	%
Comunicação Social	16	14,8
Índices/ estatísticas	24	22,2
Experiência vitimação ou com alguém próximo	13	12,0
Não responde	55	50,9

Ainda no sentido da percepção de segurança na área de residência, analisou-se as condições favoráveis ao crime que são percecionadas na área de residência. Vale referir que as categorias de condições favoráveis ao crime foram consumo de drogas/ álcool; pobreza/desemprego; problemas familiares; conflitos e delinquência juvenil; má iluminação pública; maus acessos/ arruamentos; ausência de espaços verdes/de lazer; presença de pessoas estranhas; reduzido movimento durante a noite; policiamento deficitário; incapacidade de atuação dos agentes de autoridade; pouca severidade para com os ofensores.

Portanto relativamente ao consumo de drogas/álcool, um total de 40,7% (44 participantes) consideram que esta é uma condição favorável ao crime em sua área de residência.

Relativamente à pobreza/ desemprego, um total de 26,9% (29 participantes) referiram esta como uma condição que parece favorecer a ocorrência de crime na área de residência.

A condição problemas familiares, por sua vez, foi considerada por 18,5% (20 participantes) como uma condição favorável ao crime.

Os conflitos e delinquência infantil foi considerada por 25,9% (28 participantes) como uma condição que parece favorecer a ocorrência de crime na área de residência.

Outra condição que está relacionada com a percepção de segurança na área de residência é a má iluminação na via pública, assim 17,6% (19 participantes) referiram a má iluminação pública como uma condição que parece favorecer a ocorrência de crime na área de residência.

Apenas 7,4% (8 participantes) mencionaram maus acessos/ arruamentos como uma condição favorável ao crime. Já a ausência de espaços verdes/ de lazer é considerada uma condição favorável ao crime por 8,3% (9 participantes).

Outra condição que foi analisada é a presença de pessoas estranhas, considerada por 13,9% dos participantes (15 pessoas) como uma condição favorável ao crime presente na sua área de residência.

Já o reduzido movimento durante a noite é uma condição favorável ao crime considerada por 62% (67 participantes), sendo esta a condição mais referida entre os participantes como presente na área de residência.

Relativamente ao policiamento, 37% dos participantes deste estudo (40 pessoas) consideram que como condição que favorece o crime.

A incapacidade de atuação dos agentes de autoridade é considerada por 15,7% (17 participantes) como uma condição favorável ao crime. Por fim, a condição de pouca severidade para com os ofensores foi referida por 28,7% (31 participantes) como uma condição favorável para o crime.

Vale referir que 2 participantes referiram outras condições, o que corresponde a 1,9% dos inquiridos e 13,9% (15 pessoas) desconhecem ou afirmaram que nenhuma das condições está presente na área de residência.

Assim como a variável de condições que favorecem o crime, também foi analisada a variável de incivildades presentes na área de residência, categorizadas em urinar na via pública; produzir ruído na via pública; deixar as fezes de animais de companhia na via pública; dispersar lixo pela rua; violar regras de trânsito; estacionar de forma caótica e presença de peditórios ilegais.

Assim, urinar na via pública é uma incivilidade considerada presente na área de residência por 22,2% (24 pessoas).

Enquanto o ruído na via pública é uma incivilidade considerada mais frequente na área de residência, um total de 45,4% (49 pessoas) considera esta uma incivilidade frequente na sua área de residência.

Deixar as fezes de animais de companhia na via pública foi considerada por 50,9% (55 participantes) como uma incivilidade frequente na sua área de residência.

Por sua vez, um total 41,5% (45 participantes) referiram que dispersar lixo pela rua é uma incivilidade frequente na sua área de residência,

Já a incivilidade de violar regras de trânsito, foi referida por 37% dos inquiridos (40 participantes).

Estacionar de forma caótica, por sua vez, é uma incivilidade referida por 40,7% (44 participantes) como frequente na sua área de residência.

A presença de peditórios ilegais foi considerada uma incivilidade frequente na sua área de residência por 12% (13 pessoas). Importa referir que 2 participantes (1,9%) mencionaram outros tipos de incivildades e um total de 15,7% (17 participantes) referiram que desconhecem ou não percepciona nenhuma das incivildades apresentadas.

Já no que respeita terceira secção o instrumento, nomeadamente, sobre a experiência de vitimação, 27,7% dos participantes (30 pessoas) afirmaram já ter sido vítima de algum crime nos últimos 5 anos, enquanto que 62,96% dos inquiridos (68 pessoas) afirmaram conhecer alguém próximo que terá sido vítima de crime nos últimos 5 anos. Vale informar que os 30 participantes que afirmaram ter sido vítima de crime, responderam também sobre o tipo de crime do qual foram vítimas e as condições em que ocorreu o crime, de forma que 43,3% das vítimas (13 pessoas) referiram ter sido vítima de roubo com violência, enquanto 30% (9 pessoas) referiram ter sido vítimas de furto, 10% (3 pessoas) referiram que foram vítimas de burla e 16,7% (5 pessoas) mencionaram outros tipos de crime. Um total de 16 pessoas, ou 48,5% das vítimas declaram que o crime ocorreu durante o dia, 42,4% (14 pessoas) declaram que foi a noite e, por fim, 9,1% (3) declaram ocorrência de crime tanto de dia como de noite. Já no que tange o local de ocorrência do crime, 51,5% (17 pessoas) mencionam ter sido na rua, 30,3% (10 pessoas) mencionam ter sido em casa, 9,1% (3 pessoas) mencionam ter sido em transportes públicos e também 9,1% referem outros locais.

É de se levar em conta que na altura da ocorrência do crime, 52,9% (18 pessoas) referem que estavam sozinhos, 32,4% (11 pessoas) que estavam acompanhados e 14,7% (5 pessoas) não responderam. Em 70,6% dos casos de vitimação, (24 participantes), o ofensor era alguém desconhecido e apenas 52,9% (18 participantes) referem ter contactado as autoridades e apenas 47,1% (16 pessoas) terá formalizado queixa.

Referente à vitimação indireta, os 68 participantes que afirmaram conhecer alguém que já foi vítima de algum crime nos últimos 5 anos, referiram o tipo de crime de que seu conhecido foi vítima (tabela 6).

Tabela 6- Tipo de crime de que o conhecido foi vítima

	N	%
Roubo (com violência)	27	39,7
Furto (sem violência)	19	27,9
Subtração de automóvel	9	13,2
Outros	13	19,1

Vale referir também as condições da ocorrência destes crimes, 35,3% (24 participantes) declararam que seu conhecido foi vítima de um crime que ocorreu durante o dia, 38,2% (26 pessoas) durante a noite e 11,8% (8 pessoas) em ambos os horários, 14,7% dos participantes (10 pessoas) não souberam responder o horário. Neste sentido, no que se refere ao local de ocorrência em que o conhecido foi vítima, 76,5% (52 participantes) mencionaram ter sido na rua, enquanto 14,7% (10 pessoas) mencionaram ter sido em casa, 5,9% (4 pessoas) declararam ambos os locais e apenas 2,9% (2 participantes) não souberam responder o local. Também é de se relatar que 61,8% (42 participantes) referiram que seu conhecido teria contactado as autoridades quando ocorreu o crime, sendo que 13,2% (9 pessoas) não souberam responder e 55,9% (38 participantes) referiram que seu conhecido formalizou queixa, sendo que 14,7% (10 pessoas) não souberam responder.

Agora, no que se respeita às secções finais do instrumento utilizado, nomeadamente, segurança pública e atuação policial, vale referir que os participantes classificaram em sempre, quase sempre, quase nunca e nunca que os agentes de segurança garantem a segurança na área de residência, 38% (41 participantes) classificaram quase nunca, 25,9% (28 participantes) classificaram quase sempre, 11,1% (12 participantes) classificaram como sempre, apenas 3,7% (4 participantes) classificaram como nunca, sendo que 21,3% (23 participantes) não sabem ou não respondem.

Já no que se refere ao grau de satisfação da atuação dos agentes de segurança, os participantes declararam-se nada satisfeitos, pouco satisfeitos, satisfeitos ou muito satisfeitos (Tabela 7).

Tabela 7- Grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança na área de residência

	N	%
Nada satisfeito	16	14,8
Pouco satisfeito	47	43,5
Satisfeito	30	27,8
Muito satisfeito	15	13,9

Por fim, a secção final do instrumento utilizado aborda sobre o tempo de residência, assim 8,3% (9 participantes) afirmaram que habita na sua atual área de residência desde sempre, enquanto 28,7% (31 participantes) referem o tempo de residência de até 1 ano, 32,4% (35 participantes) referem mais de 1 ano a 4 anos, enquanto 7,4% (8 participantes) relatam viver entre 4 e 8 anos na atual área de residência e 23,1% (25 participantes) referem que vivem há mais de 8 anos, mas não desde sempre.

Nacionalidade e país de residência em relação à percepção de segurança e à vitimação

Passa-se a analisar a variável dos grupos, em que se leva em conta a nacionalidade e o país de residência, verificando a percepção de segurança de cada categoria, a análise estatística não foi suficientemente significativa para afirmar que a percepção da segurança na área de residência tenha alguma dependência com a classificação dos grupos (χ^2 (3) =6,970; p= 0,073).

Neste sentido, é interessante comparar tais resultados com a variável do país de residência, porém independente da nacionalidade, para verificar a percepção de segurança na área em que reside, com isso, dentre as pessoas que consideram viver em uma área segura, 40,2% (33 participantes) reside no Brasil, 59,8% (49 participantes) reside em Portugal. Vale apresentar a contrapartida, em que 69,2% (18 participantes) das pessoas que não consideram sua área de residência segura, residem no Brasil, enquanto 30,8% (8 participantes) reside em Portugal. É possível inferir que a percepção de segurança na área de residência depende se o indivíduo reside no Brasil ou em Portugal (χ^2 (1) =6,655; p= 0,010).

Relativamente à percepção de aumento da criminalidade, está descrito na Figura 2 a distribuição dos inquiridos que consideram que a criminalidade tem aumentado, dos que

consideram que a criminalidade não aumentou e dos que consideram que a criminalidade tem estado estável.

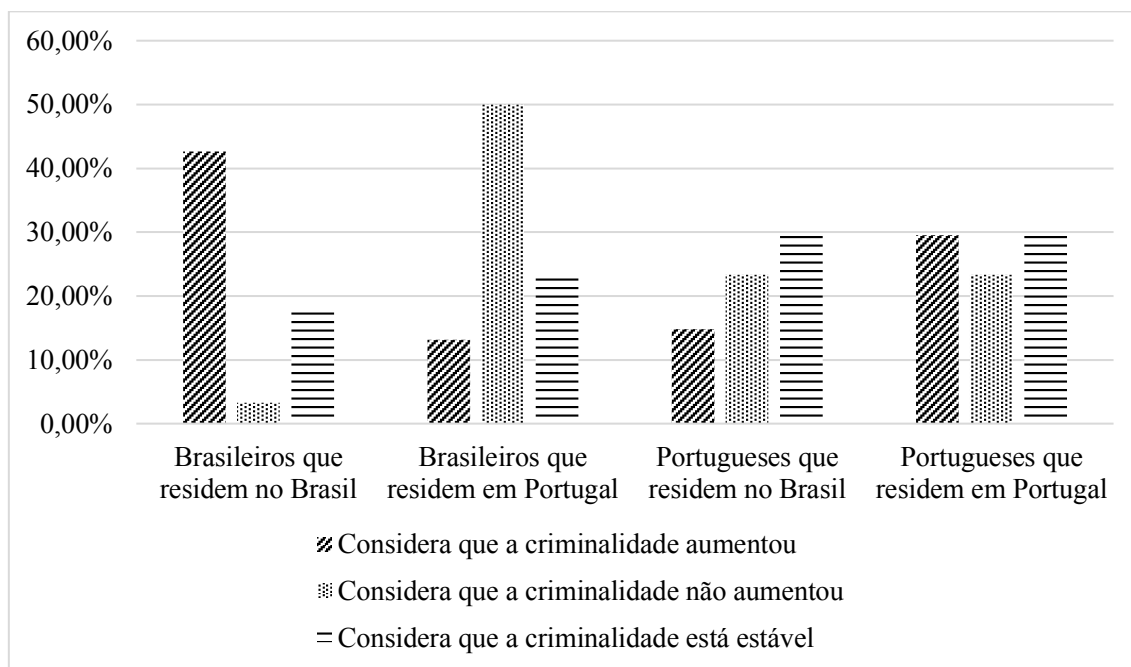


Figura 2- Percepção de aumento da criminalidade de acordo com os grupos

É possível afirmar que a percepção de aumento de criminalidade tem a ver com a classificação dos grupos, nomeadamente, a nacionalidade e o local de residência ($\chi^2(6) = 24,970$; $p = 0,00$).

Relativamente à percepção de cada grupo sobre a atuação das entidades de segurança, os participantes responderam em qual nível há garantia de segurança na área de residência, entre as pessoas que responderam “sempre”, a maioria pertence aos grupos 2 e 3, que representam os migrantes, isto é, 50% são brasileiros que residem em Portugal e 33,3% são portugueses que residem no Brasil.

O mesmo ocorre para os participantes que responderam “quase sempre” e pode-se dizer que esta tendência é coerente na resposta “quase nunca”, em que os grupos que não migraram passam a ser maioria, com 43,9% pertencendo ao grupo de brasileiros que residem no Brasil e 24,4% de portugueses que residem em Portugal.

Com isso, pode-se inferir que os migrantes percebem mais a atuação dos agentes de polícia nos países para onde migraram do que nos seus países de origem ($\chi^2(12) = 22,266$; $p = 0,035$).

Os participantes referiram sobre o grau de satisfação da atuação dos agentes de segurança (Figura 3), dentre os participantes que não estão “nada satisfeitos” com a

atuação dos agentes de segurança, 43,8% são brasileiros que residem no Brasil, este mesmo grupo também corresponde a 38,3% dos que estão “pouco satisfeitos”, os portugueses que residem em Portugal correspondem a 31,9% dos que também estão “pouco satisfeitos”

Em contrapartida, os brasileiros que residem em Portugal correspondem a 46,7% dos que estão “satisfeitos” e 40% dos que estão “muitos satisfeitos”. É possível afirmar que a (in) satisfação com a atuação dos agentes de segurança depende da nacionalidade associada ao país de residência ($\chi^2(9) = 21,521$; $p = 0,011$).

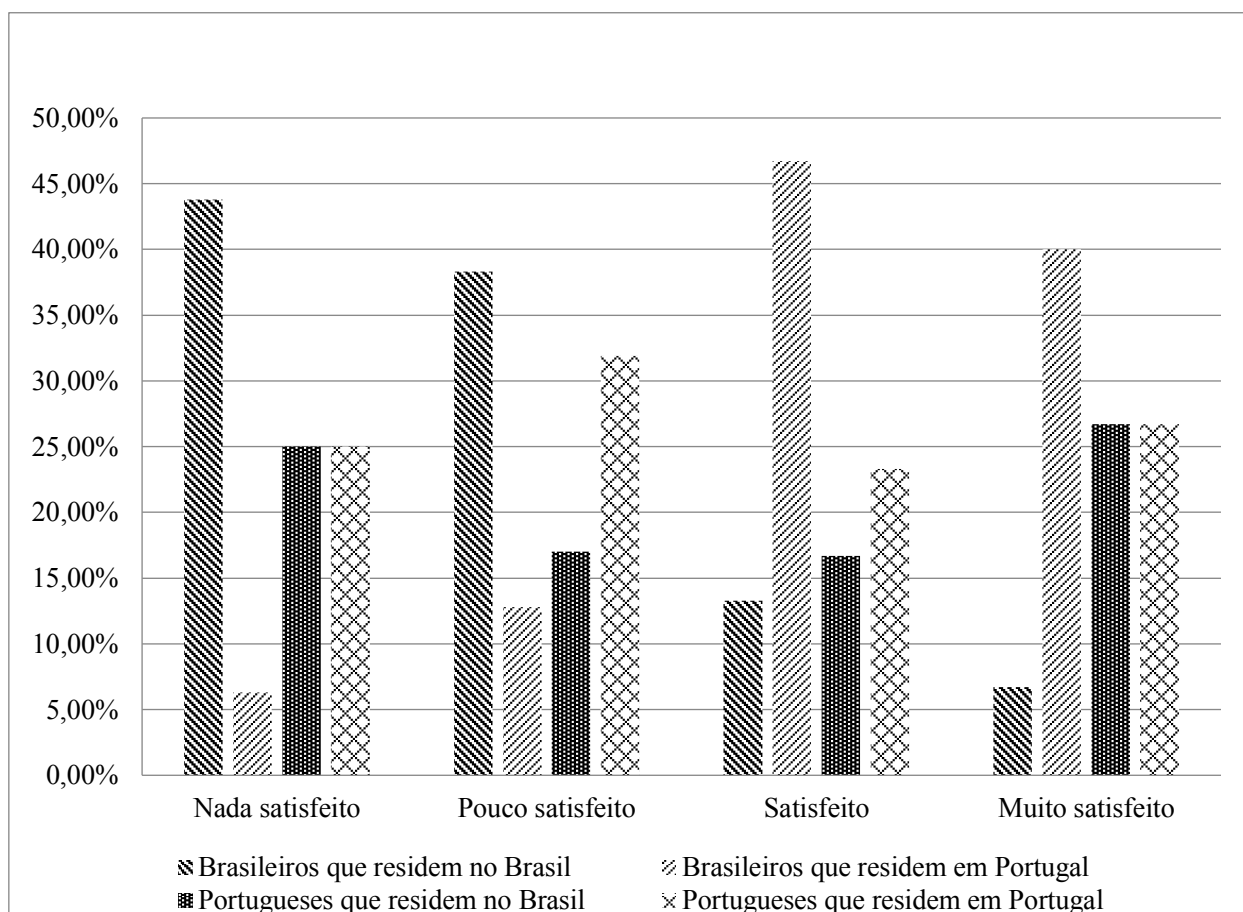


Figura 3- Grau de satisfação da atuação dos agentes de segurança na área de residência de acordo com grupos

Agora, no que respeita à experiência de vitimação consoante as categorias dos grupos, dos inquiridos que afirmaram ter sido vítima de algum crime nos últimos 5 anos, 43,3% pertencem ao grupo 1 (brasileiros que residem no Brasil) 33,3% pertencem ao grupo 2 (brasileiros que residem em Portugal), enquanto 23,8% pertencem ao grupo 3

(portugueses que residem no Brasil) e, por fim, 10 % pertencem ao grupo 4 (portugueses que residem em Portugal).

Os dados estatísticos permitem dizer que o facto de ter sido vítima nos últimos 5 anos tem a ver com a classificação dos grupos, isto é, a nacionalidade em articulação com o país de residência ($\chi^2(3) = 8,925$; $p = 0,003$).

Após perceber o índice de vitimação entre os grupos, passa-se a analisar quais foram os crimes pelos quais os participantes foram vítimas (Tabela 8). Importa informar que os participantes que referiram outros crimes, terão mencionado crimes sexuais, ameaça, perseguição, corrupção e agressão física. No grupo 3 nenhum participante referiu ter sido vítima de furto ou de burla, mas 40% referiu outros crimes, nomeadamente, crimes sexuais, ameaça, perseguição, corrupção e agressão física.

Tabela 8- Tipos de crimes de que foi vitimado de acordo com os grupos

		Brasileiros que residem no Brasil	Brasileiros que residem em Portugal	Portugueses que residem no Brasil	Portugueses que residem em Portugal
Roubo com violência	N	6	3	3	1
	%	46,2	23,1%	23,1%	7,7%
Furto	N	7	1	1	0
	%	77,8%	11,1%	11,1%	0
Burla	N	0	2	1	0
	%	0	66,7%	33,3%	0
Outros crimes	N	0	2	0	2
	%	0	60%	0	40%

Torna-se possível afirmar que os tipos de crimes também estão relacionados de forma dependente das categorias dos grupos ($\chi^2(9) = 17,667$; $p = 0,038$).

Destes participantes que declararam ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos, apenas 16 dizem ter formalizado queixa, dos quais, 75% pertence ao grupo 1 (12 participantes), 18,8% ao grupo 2 (3 participantes), apenas 1 participante do grupo 3 (6,3%) e nenhum do grupo 4 refere ter formalizado queixa. Esta informação é

significativa e permite dizer que o ato de formalizar a queixa após ser vítima de um crime tem associação com a classificação do grupo ($\chi^2(3) = 12,593$; $p = 0,006$).

Foi também realizada a comparação entre a experiência de vitimação e os dois países de residência, porém os dados estatísticos não demonstraram significância ($\chi^2(1) = 2,721$; $p = 0,099$).

Por outro lado, quando se trata de vitimação de alguém conhecido, houve significância ao relacionar com o país de residência, tornando possível afirmar que quem reside no Brasil, independente de ser português ou brasileiro, é mais comum conhecer pessoas que foram vítima de crime nos últimos 5 anos, enquanto quem reside em Portugal é menos comum conhecer alguém que já foi vítima de algum crime nos últimos 5 anos ($\chi^2(1) = 5,525$; $p = 0,019$).

Entre os participantes que responderam que algum conhecido terá sido vítima de crime nos últimos 5 anos, 55,9% residem no Brasil e 44,1% reside em Portugal. Enquanto que as pessoas que referiram que nenhum seu conhecido foi vítima, 67,5% reside em Portugal e 32,5% reside no Brasil.

Neste sentido, não há associação significativa entre a vitimação de alguém conhecido e a classificação dos grupos ($\chi^2(3) = 6,534$; $p = 0,088$).

No entanto, o tipo de crime do qual o conhecido foi vítima demonstra significância ($\chi^2(9) = 20,718$; $p = 0,014$). Os crimes referidos pelos arguentes foram roubo com violência, furto e subtração de automóvel. Assim, dentre os participantes que referiram ter algum conhecido que terá sido vítima de algum crime, 40,9% participantes do grupo 1, 31,3%, participantes do grupo 2, 50%, participantes do grupo 3 e 35,7%, participantes do grupo 4 responderam que seu conhecido terá sido vítima de roubo com violência.

Enquanto que 36,4% dos participantes do grupo 1; 25% dos participantes do grupo 2; 31,3% dos participantes do grupo 3 e 14,3% dos respondentes do grupo 4 referiram que seu conhecido foi vítima de furto. Por fim, 22,7% dos participantes no grupo 1 e 25% dos participantes no grupo 2 afirmaram que seu conhecido foi vítima do crime de subtração de automóvel, nenhum participante do grupo 3 e do grupo 4 referiram este crime. 50% dos participantes do grupo 4 referiram outros tipos de crime, nomeadamente, perseguição, violência física, corrupção, sequestro, crimes sexuais, burla e homicídio.

No que tange à percepção de segurança na área de residência, analisou-se as justificações que cada participante referiu relativamente à consideração de que sua zona de residência é ou não segura, as justificações que entraram em análise foram categorizadas de acordo com os tipos das respostas que os participantes se basearam para

justificar a percepção de segurança na área de residência, assim criou-se oito categorias, nomeadamente, ‘zona calma/ de risco’; ‘localização’; ‘moradores’; ‘índices/ocorrências’; ‘policiamento’; ‘medo/segurança’; ‘experiência’ e não sabe/não responde.

Não houve evidências significativas para afirmar que existe alguma associação entre os motivos que embasam a percepção de segurança com a consideração de que a área é ou não segura ($\chi^2(7) = 12,609$; $p = 0,82$).

Também foi analisada a percepção do inquirido se houve ou não aumento de criminalidade relativamente às justificações que embasam a percepção (Tabela 9). Esta análise teve significância ($\chi^2(6) = 32,766$; $p = 0,000$), um total de 61 participantes deste estudo consideram que a criminalidade tem aumentado, vale lembrar que 57,4% destes 61, vivem no Brasil, 42,6% vivem em Portugal.

Tabela 9- Considera se a criminalidade tem aumento relativamente às justificações que embasam tal percepção

		Categorias de Justificação			
		Comunicação Social	Índices/ estatísticas	Experiência vitimação ou com alguém próximo	
Respostas					Não responde
Sim	N	16	12	9	24
	%	26,2	19,7	14,8	39,3
Não	N	0	12	4	14
	%	0	40,0	13,3	46,7
Não aumentou, nem diminuiu	N	0	0	0	17
	%	0	0	0	100,0

Por sua vez, 30 participantes, dos quais 73,3% residem em Portugal, referem não considerar que a criminalidade tem aumentado, sendo que 40% embasou-se nos índices baixos de criminalidade, 13,3% embasou-se no facto de não ter acontecido nenhum caso de crime consigo ou com alguém próximo e 46,7% não responderam. Vale relatar que 17 participantes consideram que a criminalidade está estável, não aumentou nem diminuiu, estes não justificaram a resposta.

Vitimação e percepção de segurança

Outra análise foi entre a percepção de segurança na área de residência e a experiência de vitimação nos últimos 5 anos (Tabela 6) em que 19,5% declara ter sido vítima de algum crime nos últimos 5 anos, apesar de considerar viver em uma área segura. É coerente o percentual de 80,5% de pessoas que consideram viver em área segura e não ter sido vítima nos últimos 5 anos. 53,8% consideram a área de residência como insegura e estes declaram ter sido vítimas de crime nos últimos 5 anos, por outro lado, 46,2% também considera a área insegura, apesar de não ter sido vítima nos últimos 5 anos. A percepção de segurança está relacionada ao facto de já ter sido ou não vítima de algum crime ($\chi^2(1) = 11,600$; $p = 0,001$).

Analizou-se a distribuição relativa à percepção de segurança e à experiência de vitimação nos últimos 5 anos, para verificar se mesmo os participantes que consideram a área segura e os que consideram a área insegura foram ou não vítimas de algum crime nos últimos 5 anos. Verificou-se, portanto, que 53,3% dos participantes (16 pessoas) que já foram vítimas referem que apesar de já ter tido a experiência de vitimação, consideram a sua área de residência segura. Enquanto que 46,7% das pessoas que afirmara já ter sido vítima de crime (14 participantes), também referiram que não vive em área segura.

Por outro lado, 84,6% dos participantes que não foram vítimas (66 pessoas) também afirmaram que a área de residência é segura, enquanto que 15,4% destes que não foram vítimas (12 pessoas), afirmam que apesar de não ter tido experiência de vitimação, consideram a área de residência insegura.

A variável de experiência de vitimação também foi analisada em relação à percepção do aumento da criminalidade e as evidências estatísticas permitem afirmar que a percepção do aumento da criminalidade está relacionada à experiência de vitimação ($\chi^2(2) = 9,830$; $p = 0,007$). Neste sentido, os arguentes que consideram que a criminalidade tem aumentado, 37,7% declara ter sido vítima nos últimos 5 anos. Por outro lado, 62,3% mesmo considerando que a criminalidade tem aumentado são pessoas que não foram vítimas nos últimos 5 anos.

Vale relatar que 23,3% considera que a criminalidade não tem aumentado, mas declaram ter sido vítima nos últimos 5 anos. 76,7% corresponde àqueles que consideram que a criminalidade não tem aumentado e não foram vítimas. 17 participantes ou 15,7% dos inquiridos consideram que a criminalidade não tem aumentado, nem diminuído e estes não foram vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Gênero e Percepção de segurança

No que tange a percepção de segurança consoante o gênero, notou-se não há evidências estatísticas que permitam afirmar que haja significância entre o sexo e a percepção de segurança na área de residência ($\chi^2(1) = 2,522$; $p = 0,112$).

Também não há evidências significativas para afirmar que a percepção de aumento da criminalidade tenha alguma dependência com a variável sexo ($\chi^2(2) = 2,791$; $p = 0,248$).

Entre a variável sexo e os crimes mais temidos, notou-se que os únicos crimes que tiveram associação significativa com o sexo foram ofensa sexual ($\chi^2(1) = 7,333$; $p = 0,007$.) e agressão física ($\chi^2(1) = 4,189$; $p = 0,041$). Sendo que entre os participantes que responderam temer ofensa sexual, 82,4% (28 participantes) eram mulheres, enquanto que entre os participantes que responderam temer o crime de agressão física, 51,7% (15 pessoas) eram homens. Isto permite afirmar que somente estes dois crimes são mais temidos de acordo com o sexo.

Tempo de residência e percepção de segurança

Não se encontrou associação estatisticamente significativa entre o tempo de residência e a percepção de segurança ($\chi^2(4) = 4,184$; $p = 0,382$).

Discussão

Sabendo que a percepção de segurança é um fenómeno complexo, que envolve vários fatores, foi possível corroborar que o processo migratório é um influenciador na mudança de percepção de segurança consoante o lugar onde o migrante se encontra, tanto portugueses como brasileiros que residem em Portugal demonstraram índices mais positivos referentes à percepção de segurança, nomeadamente, ao notar-se que os que residem em Portugal acabam por responder mais que vivem em uma zona segura, enquanto os que residem no Brasil acabam por responder o contrário.

Importa lembrar que das 82 pessoas que consideram viver em área segura, a grande maioria (49 pessoas) reside em Portugal, de forma que se pode inferir que o simples fato de residir em um país seguro como Portugal ou em um país inseguro como o Brasil parece influenciar na percepção, o que leva a acreditar que a resposta dos brasileiros que residem em Portugal poderia ser diferente se estes estivessem, então, a residir no Brasil, assim como os portugueses que vivem no Brasil poderiam responder positivamente caso estivessem a residir em Portugal.

Foi verificado nas análises sobre a percepção de segurança na área de residência que esta não depende da nacionalidade atribuída ao país em que vive, mas a percepção depende puramente do país onde o indivíduo vive.

Relativamente à percepção de que a criminalidade tem aumentado, apesar dos indicadores oficiais apontarem que a criminalidade geral em Portugal tem diminuído desde 2008 (RASI, 2019).

É curioso notar que entre os portugueses que vivem em Portugal, há uma forte crença de que há uma estabilidade, isto é, que os índices de crime não terão aumentado, nem diminuído, porém vale lembrar que entre 2017 e 2018 houve uma queda de 3,3%, isto corrobora o facto de que a percepção de segurança não depende do risco real (RASI, 2019).

É de se retornar à Cunha (2019) e Lima (1998) quando afirmam que a percepção de segurança nem sempre acompanha proporcionalmente o aumento da criminalidade local, assim a percepção pode ser de que a criminalidade tem aumentado, enquanto na realidade poderá estar em queda, como a percepção pode ser de que a criminalidade tem estado estável enquanto na realidade tem diminuído.

Mas vale acrescentar que a percepção de segurança também é construída com o passar do tempo, pois é só com o desenvolver do tempo que surgem novas condições, que mudam-se culturas, alteram-se governos. Assim, mesmo que a percepção de segurança não

dependa da criminalidade real, por si só, não se exclui o facto de que, quanto menor a criminalidade, menor a possibilidade de vitimação direta e indireta. E isto sim afeta, com o tempo, a percepção de segurança geral.

Já entre os participantes brasileiros, foi semelhante a proporção dos que residem no Brasil e consideram que a criminalidade aumentou e a proporção dos que residem em Portugal e consideram que a criminalidade diminuiu, é curioso, portanto, perceber que a simples diferença do país de residência já afeta a percepção de segurança no que tange a criminalidade em si.

Retomando à percepção de segurança de acordo com o país de residência e a nacionalidade, foi possível estimar que a (in) satisfação com a atuação dos agentes de segurança depende da nacionalidade associada ao país de residência, pois os brasileiros que residem em Portugal correspondem a 46,7% dos que estão “satisfeitos” e 40% dos que estão “muitos satisfeitos”.

Em outras palavras, o facto de ser cidadão do país de origem pode acarretar uma sensação negativa quanto às autoridades oficiais deste país, poderia, portanto ter uma associação com o sentimento de (anti) patriotismo ou uma frustração diante da própria nação enquanto provedora de segurança, mas estas são análises que poderiam ser estimadas em um futuro estudo.

Referente ao processo migratório como uma influência na percepção de segurança, o presente estudo corrobora os resultados do estudo na Suíça que demonstrou que 54,1% dos participantes consideram que a migração proporcionou não só segurança, como também qualidade de vida no sentido de saúde, lazer e necessidades básicas como alimentação e alojamento (Franken, Coutinho e Ramos, 2009), assim como corrobora também o estudo na Itália, em que os migrantes referem em suas narrativas que buscaram segurança e qualidade de vida, e que todos os participantes mencionaram buscar uma vida tranquila, pacífica e segura (Melossi, 2003). No que se refere à percepção de segurança relativamente ao sexo, importa referir que inicialmente esperava-se que o sexo influenciasse a percepção de segurança, no entanto, no presente estudo não houve esta diferença, porém foi curioso encontrar o resultado de que o sexo influencia o tipo de crime mais temido. Importa lembrar que a grande maioria dos participantes do presente estudo é constituída por indivíduos do sexo feminino.

Ainda no que tange a variável do sexo, foi possível concluir que o crime mais temido pelas mulheres foi a ofensa sexual e os homens temem à agressão física, corroborando o que Gustafson (1998) encontrou no seu estudo, nomeadamente, que as

mulheres mais temem são os crimes sexuais, enquanto os homens temem mais violência física e crimes contra a propriedade.

Ainda neste sentido, há evidências de que a vitimação está associada aos grupos, isto é, à nacionalidade em associação com o país de residência, vale lembrar que 43,3% das pessoas que foram vítimas de crime nos últimos 5 anos, são brasileiros que vivem no Brasil. No entanto, é de se salientar que a experiência de vitimação não está associada à percepção de segurança na área de residência de acordo com os diferentes grupos do estudo, por outro lado, isto pode ser explicado pelo facto de que os grupos do estudo não são totalmente idênticos, como se verificou na caracterização sociodemográfica dos mesmos.

O mesmo se aplica à vitimação de alguém conhecido nos últimos 5 anos, lembrando que 68% das pessoas que conhecem alguém próximo com experiência de vitimação são brasileiros que vivem no Brasil.

Tais números (68% de conhecidos vítimas e 43,3% vítimas diretas) corroboram o que Krulichová (2018) diz quando refere que a vitimação indireta é ainda mais comum do que a direta, em que basta uma pessoa próxima ser vítima de crime para que várias outras pessoas sejam afetadas e impactadas, influenciando a percepção de segurança de todos ao redor da vítima direta.

Também é de se referir para demonstrar a conclusão estatística do estudo, que a experiência de vitimação parece influenciar na percepção de segurança, pois pessoas que já foram vítimas de crime ou tiveram algum conhecido próximo vítima de crime demonstram sentir-se menos seguras do que aquelas pessoas que nunca experienciaram vitimação (Kulichová, 2018, Sani e Nunes, 2013, Brites, 2010).

Outros fatores que possivelmente estariam associados à percepção de segurança incluem as condições que favorecem o crime e as incivildades. As condições que foram associadas estatisticamente com a percepção de segurança na área de residência foram o consumo de drogas/álcool, conflitos e delinquência juvenil, má iluminação pública, maus acessos/ arruamentos, policiamento deficitário e pouca severidade para com os ofensores.

Nota-se que as condições consideradas possuem carizes diferentes, isto é, abrange o aspeto da saúde pública referente ao consumo de drogas/ álcool, o aspeto social referente à delinquência juvenil – que pode estar relacionada às políticas públicas da zona, bem como pode estar interrelacionada com o aspeto anterior, estas correlações são análises que podem ser feitas em estudos futuros – o aspeto físico da área de residência (má iluminação pública e maus arruamentos) e o aspeto judicial no que tange as forças de

segurança e as medidas penais (policciamento deficitário e pouca severidade com os ofensores).

Relativamente às incivildades percebidas na área de residência, sabe-se que apenas duas foram consideradas pelos arguentes como frequentes e correlacionadas à percepção de segurança, isto é, o ruído na via pública e a presença de peditórios ilegais.

Outras incivildades estão muito presentes em zonas consideradas de risco pelos inquiridos, porém estas nem sempre são consideradas como algo relacionado à presença de criminalidade. Aqui fica outro convite para estudos futuros para verificar a sensação de segurança em locais que apresentam tais incivildades comparativamente com locais que não as apresentam.

Isto corrobora Brites (2010) quando diz exatamente que as incivildades das cidades convergem na percepção pessoal e social, refletindo nos espaços urbanos e que deve-se considerar as controversas da cidade, onde há condomínios fechados, mas também há periferia, de forma que a percepção de segurança poderá ser distinta entre indivíduos que residem em zonas diferentes da mesma cidade.

Por fim, importa referir que o tempo de residência e a percepção de segurança parecem ter uma relação de que quanto mais tempo a pessoa reside na sua área, mais negativa é sua percepção de segurança, no entanto, estes dados não tiveram significância suficiente para serem analisados estatisticamente, mas vale mencionar que no estudo realizado na Suíça, o fator segurança só foi considerado entre os participantes que haviam imigrado há mais de três anos (Franken, Coutinho e Ramos, 2009).

Uma vez que detetou-se os fatores da percepção de segurança em relação ao processo migratório, torna-se possível desenhar ou, ao menos, conjecturar formas de prevenir a negativa percepção de segurança

O motivo pelo qual se deve prevenir é porque não se vive bem quando se vive com medo, assim, uma sociedade caracterizada por ter uma percepção de segurança negativa não é uma sociedade saudável, especialmente no que se refere a grupos específicos desta sociedade, nomeadamente, aqueles mais vulneráveis, como os que vivem à margem da cidade, nos locais periféricos, com mais incivildades e condições favoráveis ao crime.

Portanto, para que haja uma boa percepção de segurança entre uma sociedade é preciso que haja reconstruções sociais, especialmente ao nível da igualdade de género, mas também na prevenção contra o crime, na melhoria da atuação das entidades de segurança, na eficácia do cumprimento das leis e das penas.

Vale retomar que o risco real não dita a percepção de segurança, porém é de se inferir que os efeitos da vitimação direta e indireta, bem como a falta de confiança na polícia e na justiça acaba por causar uma sensação de desproteção e vulnerabilidade.

Conclusão

A migração é um fenómeno crescente entre Brasil e Portugal, desde o início da realização do presente estudo, buscou-se associar este fenómeno com a busca dos migrantes por segurança, assim, foi foco investigar se a percepção de segurança dos participantes migrante distingue da percepção de segurança dos participantes que permanecem no país de origem. Este objetivo foi alcançado, concluiu-se que os indivíduos de nacionalidade brasileira e que residem no Brasil apresentam uma percepção de segurança mais negativa relativamente aos brasileiros que agora residem em Portugal, a diferença também foi observada entre os portugueses que residem em Portugal e os portugueses que migraram para o Brasil.

A relação entre a variável sexo e percepção de segurança também tornou-se foco do presente estudo, embasado teoricamente e empiricamente por outros estudos que demonstraram e vêm corroborando que as mulheres temem mais o crime e são mais vítimas de crime do que homens. Assim, este objetivo também foi alcançado, pois verificou-se que, diferente do que se imaginava, a percepção de segurança é equivalente entre os sexos e não houve significância estatisticamente para dizer que o sexo poderia influenciar na percepção de segurança. Por outro lado, um resultado interessante veio à tona quando se investigou qual o tipo de crime mais temido entre homens e mulheres, no que chegou-se à conclusão e corroborado na literatura de que as mulheres temem mais os crimes sexuais e os homens temem à agressão física.

Neste sentido, insere-se outro objetivo que foi verificar se a percepção de segurança é influenciada pelo género e por experiências efetivas de vitimação, no que chegou-se à conclusão de que houve uma grande diferença entre homens e mulheres vítimas e não vítimas de acordo com os grupos, em outras palavras, houve maior índice de mulheres vítimas nos grupos de brasileiras e de portuguesas que residem no Brasil, enquanto o sexo masculino dos diferentes grupos não demonstrou sequer significância estatística para afirmar que poderia haver alguma associação com a vitimação efetiva.

Espera-se que o presente estudo tenha utilidade para alavancar futuros estudos dentro da mesma temática, pois apesar de que se trata de um tema em voga na ciência e na literatura, o que é notado devido às novas publicações, ainda é um território que se deve investigar mais profundamente. Em outras palavras, a questão da percepção de segurança relativamente à criminalidade é um assunto crescente, porém as variáveis que compõem este tema ainda não têm sido investigadas ao nível científico, quando nota-se

escassez de pesquisas empíricas em torno de diferentes populações, sobretudo relacionando com fenômenos como a migração.

Importa mencionar que a escassez de pesquisas já existentes tornou-se uma limitação ao presente estudo, pois esperava-se que houvesse maior número de estudos que investigassem o que poderia influenciar na percepção de segurança em diversas populações, no entanto, esta limitação demonstra que o tema é inovador. Outra limitação deste estudo é ao nível estatístico, devido ao tipo de investigação, o estudo tornou-se bastante descritivo.

Para além da compreensão do fenómeno da migração como um fator relacionado à percepção de segurança, o estudo tem implicações práticas ao nível do desenvolvimento de novas ações para melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, pois uma vez que se compreende que o migrante busca em outro cenário a segurança que seu meio social e físico não provê, a compreensão do fenómeno poderá contribuir na criação de estratégias que transformem este meio social e físico promovendo melhor percepção de segurança na comunidade.

Referências

- Areosa, J. (2008). O risco no âmbito da teoria social. In: VI Congresso Português de Sociologia: *Mundos sociais: saberes e práticas*. Retirado em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/16117>
- Brites, J. A. (2010). Percepção de risco e medo do crime na caracterização do espaço físico e social. In: *Psychologica*, 1 (52). Retirado em http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_15
- Cunha, M. I. (2019). Criminalidade e Segurança. Editora Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa, Portugal.
- Dias, G. M. (2014). Migração e Crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas. In: *Repositório Unicamp*. Retirado em «<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281112>
- Ellis, L. Farrington, D. P. & Hoskin, A. W. (2019). Handbook of Crime Correlates. Editora Elsevier. Reino Unido.
- Ferreira, E. L. T.; Damázio, I. N.; Aguiar, J. M. (2011). Fatores estimuladores da sensação de insegurança e a valorização midiática. In: *Revista ordem pública e defesa social*, 4 (1-2). Retirado em <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/41>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). 13º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Retirado em <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>
- Franken, I.; Coutinho, M. P. L. ; Ramos, N. (2009). Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. In: *Estudos de Psicologia*, 26 (4). Retirado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395335793002>
- Hicks, S; Brown, S (2013). Perceptions of risk: A review of the effects of individual and community level variables on perceptions of risk. In: *International Review of Victimology*. Retirado em doi: 10.1177/0269758013492753
- INE (2017) Instituto Nacional de Estatística: Estatísticas Demográficas de 2017. Retirado em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=348174760&PUBLICACOESmodo=2
- IOM (2018). International Organization for Migration. *World Migration Report 2018*. Retirado em <https://www.iom.int/>

- Jackson, J (2006). Introducing Fear of Crime to Risk Research. In: *Risk Analysis: An international journal*, 26 (1). Retirado em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1539-6924.2006.00715.x>
- Jackson, J. (2015). Revisiting Risk Sensitivity in the Fear of Crime. In: *Journal of Research in Crime and Delinquency* 48(4) Retirado em <https://doi.org/10.1177%2F0022427810395146>
- Krulichová, E. (2018). The relationship between fear of crime and risk perception across Europe. In: *Criminology & Criminal Justice*. Retirado em <https://doi.org/10.1177/1748895818757832>
- Lima, M. L.(1998). Factores sociais na percepção de riscos. In: *Psicologia*, 12 (1). Retirado em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20491998000100001&lng=pt&nrm=iso
- Melossi, D (2003). In a peaceful life: Migration and the crime of modernity in Europe/Italy In: *Punishment and Society*, 5(4) . Retirado em <https://doi.org/10.1177%2F14624745030054001>
- Nicole E. Rader, David C. May & Sarah Goodrum (2007). An Empirical Assessment of the “Threat of Victimization:” Considering Fear of Crime, Perceived Risk, Avoidance, and Defensive Behaviors. In: *Sociological Spectrum: Mid-South Sociological Association*, 27(5). Retirado em doi: 10.1080/02732170701434591
- Pantazis, C. (2000). Fear of Crime: Vulnerability and Poverty. Evidence from the British Crime Sourvey. In: *British Journal Criminology*, 40. Retirado em https://www.researchgate.net/publication/249284744_%27Fear_of_Crime%27_Vulnerability_and_Poverty
- Polícia Federal (2019). Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Registros de Migrantes*. Retirado em <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao>
- Rader, N. E.; May, D. C.; Goodrum, S. (2007). An Empirical Assessment of the “Threat of Victimization:” Considering Fear of Crime, Perceived Risk, Avoidance, and Defensive Behaviors, In: *Sociological Spectrum: Mid-South Sociological Association*, 27. Retirado em DOI: 10.1080/02732170701434591
- RASI (2019). Relatório Anual de Segurança Interna de 2017. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>
- Rêgo, X.; Fernandes, L. (2012). As falas do medo Convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 27, N. 78.

- Retirado em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000100004&script=sci_abstract&tlng=pt
- Rodrigues, C.D.; Oliveira, V. C. (2012). Medo de Crime, Integração Social e Desordem: Uma Análise da Sensação de Insegurança e do Risco Percebido na Capital de Minas Gerais. In: *Teoria e Sociedade*, 20 (2). Retirado em <http://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/62/55>
- Rountree, P. W; Land, K. C. (1996). Perceived Risk versus Fear of Crime: Empirical Evidence of Conceptually Distinct Reactions in Survey Data. In: *Social Forces*, 74(4). Retirado em <https://doi.org/10.1093/sf/74.4.1353>
- Sani, A. I; Nunes, L. M (2013). Questionário de diagnóstico local de segurança: Estudo numa comunidade urbana. In: *Análise Psicológica*, 2 (31). Porto. Retirado em doi: 10.14417/ap.609

Anexos

Questionário *online*: Diagnósticos Locais de Segurança

Diagnóstico Locais de Segurança - DLS

O presente inquérito designa-se Diagnóstico Locais de Segurança - DLS (Sani e Nunes, 2013) e insere-se no estudo "O impacto da migração na perceção de segurança: um estudo comparativo entre brasileiros e portugueses", conduzido por Vitória de Paula Bastos, sob a orientação da Professora Doutora Ana Cristina Pestana Neves. Destina-se apenas a indivíduos maiores de 18 anos e de nacionalidade portuguesa ou brasileira e tem como objetivos:

- Avaliar como a mudança de país influencia a perceção de segurança, comparando a perceção de segurança de cidadãos brasileiros que residem em Portugal com a de cidadãos portugueses que residem no Brasil e verificando se estas se distinguem da perceção de segurança dos residentes naturais de cada país;
- Analisar a relação entre o tempo de residência no país e a perceção de segurança;
- Verificar se a relação entre a mudança de residência e a perceção de segurança varia entre homens e mulheres;
- Verificar se a relação entre a mudança de residência e a perceção de segurança varia consoante tenham existido, ou não, experiências prévias de vitimação criminal.

Este estudo pode trazer benefícios tais como contribuir com o conhecimento científico sobre os fatores que influenciam a perceção de segurança e o impacto da migração no bem-estar psicológico.

A resposta deste inquérito é em formato de escolha múltipla ou campos abertos de resposta sucinta, pelo que o preenchimento deste questionário é breve, cerca de 7 minutos.

Para mais informações e esclarecimentos, poderá contactar no seguinte endereço eletrónico bastosquestionariodls@gmail.com

***Obrigatório**

Consentimento Informado *

A participação neste estudo é voluntária e não envolve qualquer benefício pessoal nem risco acrescido aos que já fazem parte do dia-a-dia. De qualquer modo, poderá desistir deste estudo a qualquer momento, sem que essa decisão tenha qualquer consequência positiva ou negativa para si. As suas respostas são anónimas. Visto que será impossível identificar os participantes no estudo, não poderemos fornecer resultados individuais, mas poderá receber os resultados globais do estudo, se os solicitar. Uma vez que não poderemos identificar os seus dados depois de codificados, também não poderemos retificá-los nem apagá-los. Todas as informações recolhidas são confidenciais. Só os responsáveis pela investigação, a investigadora principal e orientadora, terão acesso aos dados obtidos. Os resultados globais deste estudo serão utilizados em teses de mestrado, prevendo-se também que sejam apresentados em congressos e publicados em revistas científicas, estando sempre assegurada a completa despersonalização dos textos a produzir. Não serão usados para fins diversos dos que determinaram o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos da lei (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, 27 de abril de 2016). Ao aceitar participar neste estudo, está a concordar que os seus dados sejam utilizados para estas finalidades, sempre de forma anónima e conjuntamente com os dos demais participantes

☐ Aceito a participação, confirmando que fui esclarecido sobre as condições do mesmo e que não tenho dúvidas

Próxima

nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Diagnóstico Locais de Segurança - DLS

*Obrigatório

Idade

O presente inquérito é direcionado apenas para indivíduos maiores de 18 anos.

Você é maior de 18 anos? *

- ☐ Sim
☐ Não

[Voltar](#)

[Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Diagnóstico Locais de Segurança - DLS

*Obrigatório

Qual a sua nacionalidade?

O presente inquérito é direcionado apenas para indivíduos de nacionalidade portuguesa ou de nacionalidade brasileira, portanto em caso de quaisquer outras nacionalidades, por favor não responda ao questionário. Agradece-se sua contribuição

*

- ☐ Sou português (a)
☐ Sou brasileiro (a)

1.4 Escolaridade *

Visto que este questionário é direcionado para população portuguesa e brasileira, algumas alternativas poderão conter termos adaptados para cada país após a barra (/).

- ☐ 1º ciclo (entre 1º e 4º anos)/ Pré-escola
☐ 2º ciclo (entre 5º e 6º anos)/ Ensino fundamental
☐ 3º ciclo (entre 7º e 9º anos)/Ensino médio
☐ Ensino Superior
☐ Outro: _____

1.5 Situação ocupacional *

- ☐ Estudante
☐ Trabalhador
☐ Desempregado
☐ Reformado/ aposentado
☐ Outro: _____

1.6 País em que vive atualmente *

- ☐ Brasil
☐ Portugal

Diagnóstico Locais de Segurança - DLS

*Obrigatório

1.Parte A: Dados Socio-demográficos

1.1 Sexo *

- ☐ Masculino
☐ Feminino

1.2 Idade *

Sua resposta _____

1.3 Estado civil *

Visto que este questionário é direcionado para população portuguesa e brasileira, algumas alternativas poderão conter termos adaptados para cada país após a barra (/).

- ☐ Solteiro (a)
☐ Casado (a)/ união de facto/ união estável
☐ Divorciado(a)/ Separado (a)
☐ Viúvo (a)
☐ Outro: _____

1.7 Há quanto tempo vive neste país? *

Sua resposta _____

1.8 Tipo de residência *

- ☐ Apartamento
☐ Vivenda/ Casa
☐ Outro: _____

1.10 Refira com quem vive *

Poderá selecionar mais de uma opção

- ☐ Vivo sozinho
☐ Vivo com meus pais
☐ Vivo com meu cônjuge
☐ Vivo com meu (a/s) filho (a/s)
☐ Vivo com irmão/irmã
☐ Outro: _____

[Voltar](#)

[Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Diagnóstico Locais de Segurança - DLS

*Obrigatório

2. Parte B: Percepção de Segurança/Insegurança

2.1 Refira se considera que vive numa área segura *

- ☒ Sim
☐ Não

2.1.1 Explique sua resposta anterior *

Sua resposta

2.2 Diga se lhe parece que a criminalidade tem aumentado *

- ☐ Sim
☐ Não

2.1.2 Explique sua resposta anterior *

Sua resposta

2.4 Da lista seguinte, assinale os crimes que mais teme na sua área de residência (escolha uma ou mais opções) *

Visto que este questionário é direcionado para população portuguesa e brasileira, algumas alternativas poderão conter termos adaptados para cada país após a barra (/).

- ☐ Burla/ estelionato
☐ Furto (ex: automóvel)
☐ Roubo (com violência)
☐ Assalto a residência
☐ Assalto a estabelecimento comercial
☐ Ofensa sexual
☐ Agressão física
☐ Violência doméstica: contra/entre menores de idade
☐ Violência doméstica: contra/entre idosos
☐ Danos a espaços/equipamentos públicos
☐ Crimes rodoviários
☐ Tráfico de drogas
☐ Tráfico de armas
☐ Desconhece/Nenhum
☐ Outro: _____

2.3 Da lista seguinte, assinale os crimes que mais frequentemente ocorrem na sua área de residência (escolha uma ou mais opções) *

Visto que este questionário é direcionado para população portuguesa e brasileira, algumas alternativas poderão conter termos adaptados para cada país após a barra (/).

- ☐ Burla/ estelionato
☐ Furto
☐ Roubo
☐ Assalto a residência
☐ Assalto a estabelecimento comercial
☐ Ofensa sexual
☐ Agressão física
☐ Violência doméstica: contra ou entre menores de 18 anos
☐ Violência doméstica: contra/entre idosos
☐ Danos a espaços/equipamentos públicos
☐ Crimes rodoviários
☐ Tráfico de drogas
☐ Tráfico de armas
☐ Desconhece/ nenhum
☐ Outro: _____

2.5. Da lista seguinte, assinale as condições que, na sua área de residência, mais lhe parecem favorecer a ocorrência de crime (escolha uma ou mais opções) *

- ☐ Consumo de drogas/álcool
☐ Pobreza/Desemprego
☐ Problemas familiares
☐ Conflitos e delinquência juvenil
☐ Má iluminação pública
☐ Maus acessos/arruamentos
☐ Ausência de espaços verdes/de lazer
☐ Presença de pessoas estranhas
☐ Reduzido movimento durante a noite
☐ Policiamento deficitário
☐ Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade
☐ Pouca severidade para com os ofensores
☐ Desconhece/Nenhum
☐ Outro: _____

2.6. Da lista seguinte, assinale as incivildades que mais frequentemente se verificam na sua área de residência (escolha uma ou mais opções) *

- ☐ Urinar na via pública
- ☐ Produzir ruído na via pública
- ☐ Deixar as fezes de animais de companhia na via pública
- ☐ Dispersar lixo pela rua
- ☐ Violar regras de trânsito
- ☐ Estacionar de forma caótica
- ☐ Peditórios ilegais (ex. arrumadores de automóveis)
- ☐ Desconhece/Nenhum
- ☐ Outro: _____

[Voltar](#)

[Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) · [Termos de Serviço](#) · [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

3.4 Na altura do crime encontrava-se:

- ☐ Sozinho
- ☐ Acompanhado
- ☐ Não sabe

3.5 O ofensor era alguém:

- ☐ Conhecido
- ☐ Desconhecido
- ☐ Não sabe

3.6 Refira se contactou as autoridades

- ☐ Sim
- ☐ Não

3.7 Refira se formalizou oficialmente a queixa

- ☐ Sim
- ☐ Não

[Voltar](#)

[Próxima](#)

3. PARTE C: VITIMAÇÃO

3.1. Nos últimos 5 anos foi vítima de crime? *

- ☐ Sim
- ☐ Não (passe para questão 3.8)

3.1.1 Se respondeu SIM, refira o crime de que foi vítima:

Sua resposta _____

Relativamente ao crime que acaba de descrever, responda às questões seguintes

3.2 Refira quando ocorreu o crime:

- ☐ De dia
- ☐ De noite

3.3 Refira onde se deu a ocorrência do crime:

- ☐ Em casa
- ☐ Na rua
- ☐ Outro: _____

3.8 Refira se nos últimos 5 anos, alguém seu conhecido foi vítima de crime *

- ☐ Sim
- ☒ Não (passe para a pergunta 4.1)

3.9 Se respondeu SIM, refira quem

- ☐ Pai/mãe
- ☐ Cônjuge
- ☐ Irmão/irmã
- ☐ Filho (a)
- ☐ Um (a) amigo (a)
- ☐ Vizinho (a)
- ☐ Outro: _____

3.9.1 Refira o crime de que seu conhecido foi vítima

Sua resposta _____

3.10 Refira quando ocorreu o crime de que seu conhecido foi vítima

- ☐ De dia
- ☐ De noite
- ☐ Não sabe

3.11 Refira onde ocorreu o crime de que seu conhecido foi vítima

- ☐ Em casa
- ☐ Na rua
- ☐ Não sabe
- ☐ Outro: _____

3.12 Na altura do crime, o seu conhecido encontrava-se:

- ☐ Sozinho
- ☐ Acompanhado
- ☐ Não sabe

3.13 Refira se o seu conhecido contactou as autoridades

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe

3.14 Refira se o seu conhecido formalizou oficialmente a queixa

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe

[Voltar](#)

[Próxima](#)

4. PARTE D: CONTROLO/CONTROLE SOCIAL

4.1. Considera que os agentes de segurança fazem tudo para garantir a segurança na sua área de residência? *

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Quase nunca
- ☐ Nunca
- ☐ Não sabe/ não responde

4.2. Indique o grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança, na sua área de residência *

1= Nada satisfeito (a), 2= Pouco satisfeito (a), 3= Satisfeito (a), 4= Muito satisfeito

- | 1 | 2 | 3 | 4 |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

4.3 Refira com que frequência recorre à ajuda de vizinhos, em caso de ter algum problema *

- ☐ Sempre
- ☐ Quase Sempre
- ☐ Quase Nunca
- ☐ Nunca
- ☐ Não sabe/ não responde

4.4 Refira com que frequência recorre à ajuda das entidades de apoio da sua área de residência, em caso de ter algum problema. *

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Quase nunca
- ☒ Nunca
- ☐ Não sabe/ não responde

[Voltar](#)

[Próxima](#)

5. Parte E: Participação Comunitária

5.1. Há quanto tempo habita na sua área de residência? *

Sua resposta

5.2. Refira se estaria disposto a colaborar no sentido de que houvesse mais segurança na sua área de residência *

Sempre = 1 Quase Sempre = 2 Quase Nunca = 3 Nunca = 4 Não Sabe = 5 Não Responde = 6

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ Quase nunca
- ☐ Nunca
- ☐ Não sabe / não responde

5.3. Refira qual a força da sua ligação ao local onde vive *

Muito forte = 1 Forte = 2 Pouco Forte = 3 Nada Forte = 4

- | | | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 |
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Muito Obrigado pela sua Colaboração

